

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Informações intermediárias em
31 de março de 2025

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Informações intermediárias

Índice

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	12
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	15
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	16
8	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	18
9	PARTES RELACIONADAS	18
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	21
11	INTANGÍVEL	22
12	ATIVOS DE CONTRATO	23
13	FORNECEDORES	23
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	24
15	DEBÊNTURES	26
16	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	28
17	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO A RECOLHER E DIFERIDOS	28
18	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS	29
19	PASSIVO A DESCOBERTO	32
20	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35
21	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	36
22	RESULTADO FINANCEIRO	38
23	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	38
24	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	42
25	COMPROMISSOS FUTUROS	43



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e Acionistas da
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Macapá - AP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (“Companhia”), em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 14 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Nathália Araújo Domingues

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Balanco patrimonial em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.995	83.347	Fornecedores	13	156.024	177.962
Aplicações financeiras	5	529.513	878.538	Fornecedores - risco sacado	13.1	6.858	4.382
Contas a receber de clientes	6	322.550	353.355	Empréstimos e financiamentos	14	478.553	441.421
Instrumentos financeiros derivativos	23.4	29.360	33.966	Debêntures	15	38.363	57.085
Depósitos vinculados	18	-	809	Impostos e contribuições a recolher	16	115.657	117.195
Almoxarifado		7.689	7.652	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		2.322	288
Serviços pedidos		40.427	37.205	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		4.791	3.867
Impostos e contribuições a recuperar	8	45.326	47.494	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	68.773	122.585
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		33.258	21.605	Contribuição de iluminação pública		4.209	4.270
Subvenção CCC		10.138	11.347	Encargos setoriais		16.248	16.078
Outros créditos a receber		102.018	101.436	Participação nos lucros		4.592	7.792
Total do ativo circulante		1.159.274	1.576.754	Provisão para riscos judiciais	18	126.728	125.172
				Outras contas a pagar		21.523	29.411
Não circulante				Total do passivo circulante		1.044.641	1.107.508
Contas a receber de clientes	6	67.753	71.057	Não circulante			
Serviços pedidos		4.300	4.270	Empréstimos e financiamentos	14	126.470	508.850
Instrumentos financeiros derivativos	23.4	-	58.125	Debêntures	15	2.024.444	2.006.387
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	70.069	72.652	Instrumentos financeiros derivativos	23.4	12.096	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	115.822	117.026	Impostos e contribuições a recolher	16	183.595	201.971
Depósitos vinculados	18	8.657	7.773	Encargos setoriais		10.677	9.426
Outros créditos a receber		14.459	15.088	Provisão para riscos judiciais	18	68.541	72.786
Ativo financeiro da concessão	10	59.575	55.288	Outras contas a pagar		12.751	12.324
Intangível	11	799.648	733.006	Total do passivo não circulante		2.438.574	2.811.744
Ativo de contrato	12	526.352	536.685	Passivo a descoberto			
Total do ativo não circulante		1.666.635	1.670.970	Capital social	19.1	1.517.876	1.517.876
				Reserva de capital		367	263
				Ajuste de avaliação patrimonial		35.210	28.775
				Prejuízos acumulados		(2.210.759)	(2.218.442)
				Total do passivo a descoberto		(657.306)	(671.528)
Total do ativo		2.825.909	3.247.724	Total do passivo e passivo a descoberto		2.825.909	3.247.724

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	20	381.988	308.607
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	(145.327)	(119.744)
Custo de construção		(81.678)	(87.894)
Custo da operação		(28.782)	(18.530)
Custos de energia elétrica, construção e operação	21	(255.787)	(226.168)
Lucro bruto		126.201	82.439
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	21	(14.323)	(13.782)
Despesas gerais e administrativas	21	(11.012)	(12.668)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	(6.918)	(6.340)
Outras despesas operacionais, líquidas	21.2	(7.082)	(4.884)
Total de despesas operacionais		(39.335)	(37.674)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		86.866	44.765
Receitas financeiras	22	156.182	131.460
Despesas financeiras	22	(233.195)	(198.272)
Resultado financeiro, líquido	22	(77.013)	(66.812)
Lucro (prejuízo) antes de imposto de renda e da contribuição social		9.853	(22.047)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17	(2.170)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17	-	296
Impostos sobre o lucro		(2.170)	296
Lucro (prejuízo) do período		7.683	(21.751)
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,000000859	(0,000002432)
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		8.944.122.996	8.944.122.996

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u>7.683</u>	<u>(21.751)</u>
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.4	<u>6.435</u>	<u>3.324</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		<u>6.435</u>	<u>3.324</u>
Total resultados abrangentes		<u>14.118</u>	<u>(18.427)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.517.876	23.166	-	(2.419.421)	(878.379)
Prejuízo do período		-	-	-	(21.751)	(21.751)
Resultado abrangente do exercício						
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa		-	3.324	-	-	3.324
Saldos em 31 de março de 2024		1.517.876	26.490	-	(2.441.172)	(896.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.517.876	28.775	263	(2.218.442)	(671.528)
Lucro líquido do período		-	-	-	7.683	7.683
Resultado abrangente do exercício						
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	23.4	-	6.435	-	-	6.435
Valor justo das opções de compra Matching Shares (<i>Vesting period</i>)	19.2	-	-	104	-	104
Saldos em 31 março de 2025		1.517.876	35.210	367	(2.210.759)	(657.306)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do período	7.683	(21.751)
Ajustes para:		
Amortização	15.073	10.132
Baixa de intangível, financeiro e contratual	471	-
Atualização do ativo financeiro e contratual	(2.686)	(477)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	16.702	68.454
Provisão para riscos judiciais	2.727	4.833
Provisão e atualização para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.918	6.340
Baixas (reversão) de recebíveis incobráveis	4.980	-
Provisão e atualização de encargos setoriais	3.132	3.732
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	77.195	(6.567)
Valor justo das opções de compra de ações	186	1.895
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	(58.415)	(52.024)
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.170	-
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	(296)
Participação nos lucros	152	(64)
Provisão para perda de estoque	1.903	(3.217)
Ajuste a valor presente	(6.030)	(3.268)
Encargos de geração distribuída	28	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(22.630)	(9.958)
	<u>49.559</u>	<u>(2.236)</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	28.241	5.753
Serviços pedidos	(3.252)	6.154
Depósitos vinculados	(75)	(2.155)
Almoxarifado	(37)	(561)
Impostos e contribuições a recuperar	3.372	(159)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(11.653)	(2.944)
Subvenção CCC	1.209	(346)
Outros créditos a receber	47	(3.183)
Fornecedores	(21.253)	(40.948)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(2.339)	(934)
Impostos e contribuições a recolher	(19.914)	(12.590)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(136)	(55)
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7.186	-
Contribuição de iluminação pública	(61)	(819)
Participação nos lucros	(3.352)	(1.739)
Encargos setoriais	(1.711)	(2.139)
Provisão para riscos judiciais	(5.416)	(34.781)
Outras contas a pagar	(7.571)	6.030
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>12.844</u>	<u>(87.652)</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	22.630	9.958
Recebimento de principal	10.838	-
Juros pagos	(98.966)	(103.003)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(52.654)</u>	<u>(180.697)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo de contrato	(68.477)	(32.910)
Aplicações financeiras	349.025	271.038
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	<u>280.548</u>	<u>238.128</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(272.392)	-
Captação de debêntures	146	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(272.246)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(44.352)</u>	<u>57.431</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	83.347	17.982
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>38.995</u>	<u>75.413</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(44.352)</u>	<u>57.431</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e receitas de construção	404.495	332.241
Receita de Construção	81.678	87.894
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6.918)	(6.340)
	<u>479.255</u>	<u>413.795</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(227.005)	(207.638)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.606)	(24.561)
Subvenção CCC	(3.384)	(966)
Outras despesas / receitas	(7.465)	(5.642)
	<u>(264.460)</u>	<u>(238.807)</u>
Valor adicionado bruto	<u>214.795</u>	<u>174.988</u>
Depreciação e amortização	<u>(15.073)</u>	<u>(10.132)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>199.722</u>	<u>164.856</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	157.606	132.121
	<u>157.606</u>	<u>132.121</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>357.328</u>	<u>296.977</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.022	5.550
Benefícios	2.717	1.637
FGTS	631	590
	<u>8.370</u>	<u>7.777</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	56.596	70.131
Estaduais	51.097	42.315
Municipais	9	18
	<u>107.702</u>	<u>112.464</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	214.722	176.916
Aluguéis	378	215
Outros despesas financeiras	18.473	21.356
	<u>233.573</u>	<u>198.487</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do período	7.683	(21.751)
	<u>7.683</u>	<u>(21.751)</u>
Valor adicionado	<u>357.328</u>	<u>296.977</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (“Companhia” ou “CEA”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos II S.A. (“Equatorial Participações II”), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km²(*), atendendo, em 31 de março de 2025, 264.068(*) consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Até novembro de 2021, a Companhia foi gerida pelo Governo do Estado do Amapá (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Mediante do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Por meio de licitação na modalidade de leilão (Leilão nº 98/2015 – ANEEL), realizada em março de 2015, uma Usina Termelétrica (UTE) passou a ser operada pela empresa Oiapoque Energia S.A., vencedora do certame. Desde outubro de 2015, a referida empresa é responsável pela geração de energia no município de Oiapoque, o qual ainda não está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O Leilão nº 98/2015 resultou na designação da empresa Oiapoque Energia S.A. como novo Produtor Independente de Energia (PIE) para o município de Oiapoque. À Companhia caberá a responsabilidade pela distribuição de energia elétrica no referido município, mantendo-se o mecanismo de reembolso das despesas relacionadas à operação em sistema isolado, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Continuidade operacional

A Administração fez a avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as informações intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados nas notas explicativas nº 14 e 15, respectivamente.

A Companhia apresentou, em 31 de março de 2025, lucro líquido de R\$ 7.683 (prejuízo de R\$ 21.751 em 31 de março de 2024), capital circulante líquido positivo de R\$ 114.633 (R\$ 469.246 positivo em 31 de dezembro de 2024), passivo a descoberto em R\$ 657.306 (R\$ 671.528 em 31 de dezembro de 2024), além de fluxo de caixa operacional negativo de R\$52.654 (R\$ 180.697 negativo, em 31 de março de 2024). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi positivo de R\$ 86.866 (R\$ 44.765 em 31 de março de 2024), motivado, principalmente, do reajuste tarifário implementado em dezembro de 2024, bem como do reconhecimento do faturamento dos clientes GD II em março de 2025. A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está envidando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos aliado a suas projeções.

Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Priorização de investimentos com impacto em incremento de consumidores, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia;
- (ii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas;
- (iii) Liquidação dos recursos provenientes da 5ª, 6ª e 7ª Emissão de Debêntures Simples: Em 10 de junho de 2024, ocorreu a liberação dos recursos da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 270.000, ao custo de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 5 anos, cujos recursos líquidos serão destinados à gestão ordinária. Em 11 de setembro de 2024, ocorreu a liberação dos recursos da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 275.000, ao custo de CDI + 1,20% a.a. e prazo de 5 anos, cujos recursos líquidos serão destinados à gestão ordinária. Em 20 de dezembro de 2024, ocorreu a liberação dos recursos da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 250.000, ao custo de IPCA + 7,9091% a.a. e prazo de 12 anos, cujos recursos serão destinados ao reembolso de despesa, dívidas ou gastos relacionados a projetos de infraestrutura.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1.4 Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substituiu os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de março de 2025, não há impactos da reforma tributária nas informações intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

2 Base de preparação e apresentação das informações intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, divulgadas em 26 de março de 2025. As informações intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As informações intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2025.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

As informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e devem ser lidas em conjunto.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir do início do período de relatório atual. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	6.600	7.205
Equivalentes de caixa (a)		
Aplicação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.033	1.008
Poupança	26	-
Fundo de Investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	3.009
Operações Compromissadas	31.336	72.125
Subtotal de equivalentes de caixa	32.395	76.142
Total	38.995	83.347

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira, no período findo em 31 de março de 2025, equivale a 100,94% do CDI (99,01% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	327.329	598.259
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	2.306	1.480
Títulos Públicos	48.133	118.378
Letra financeira	22.479	35.227
Fundo aberto (c)	129.266	125.194
Total	529.513	878.538

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.;
- (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 13 – Fornecedores – Risco sacado; e
- (c) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada no período findo em 31 de março de 2025, equivale a 101,41% do CDI (98,14% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2025				31/12/2024			
	A vencer	Vencidos			A vencer	Vencidos		
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total		Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	22.311	42.710	196.858	261.879	36.910	41.599	199.795	278.304
Industrial	3.690	1.117	4.154	8.961	4.148	2.636	2.683	9.467
Comercial	14.608	9.026	27.954	51.588	20.923	7.708	28.150	56.781
Rural	100	684	4.531	5.315	258	636	4.368	5.262
Poder público	7.971	5.759	7.378	21.108	9.510	5.010	8.010	22.530
Iluminação pública	2.256	1.733	4.675	8.664	2.531	4.110	2.091	8.732
Serviço público	878	734	618	2.230	657	82	615	1.354
Contas a receber de consumidores faturados	51.814	61.763	246.168	359.745	74.937	61.781	245.712	382.430
Residencial	94.591	7.535	47.777	149.903	104.705	7.860	50.294	162.859
Industrial	5.231	275	8.261	13.767	4.592	267	8.778	13.637
Comercial	12.652	1.295	9.277	23.224	13.452	1.456	9.593	24.501
Rural	1.132	102	758	1.992	1.292	104	782	2.178
Poder público	23.772	1.606	5.483	30.861	21.663	1.621	4.964	28.248
Iluminação pública	12.769	523	1.720	15.012	11.017	1.125	1.446	13.588
Parcelamentos (a)	150.147	11.336	73.276	234.759	156.721	12.433	75.857	245.011
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	30.964	-	-	30.964	34.582	-	-	34.582
Baixa renda (c)	7.508	-	-	7.508	6.615	-	-	6.615
Outras	7.000	-	-	7.000	8.683	-	-	8.683
Total	247.433	73.099	319.444	639.976	281.538	74.214	321.569	677.321
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(36.805)	(17.806)	(195.062)	(249.673)	(39.422)	(17.081)	(196.406)	(252.909)
Total contas a receber clientes	210.628	55.293	124.382	390.303	242.116	57.133	125.163	424.412
Circulante				322.550				353.355
Não circulante				67.753				71.057

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados no contas a receber referente aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 0 em 31 de março de 2025 (R\$ 6.030 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos é após o período de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2024	Provisões / Reversões (b)	Baixas (c)	31/03/2025
	Contas a receber de consumidores faturados	(151.021)	(5.892)	8.368
Parcelamentos	(95.246)	2.027	1.145	(92.074)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.414)	148	-	(1.266)
Outras (a)	(5.228)	(3.201)	641	(7.788)
Total	(252.909)	(6.918)	10.154	(249.673)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000;
- (b) A movimentação líquida do período, resultou em uma reversão de provisão, no montante de R\$ 6.918, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais.
- (c) Refere-se a baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis pela Companhia, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	<u>31/12/2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	<u>Atualização</u>	<u>Constituições com efeito caixa</u>	<u>31/03/2025</u>
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(30.568)	(23.836)	4.214	(723)	-	(50.913)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(1.107)	501	268	(31)	-	(369)
Rede básica (c)	3.069	(2.722)	(214)	33	-	166
Compra de energia CVA (d)	38.728	(740)	(4.561)	1.305	-	34.732
ESS - Encargos do serviço do sistema (e)	6.993	634	(1.269)	238	-	6.596
	<u>17.115</u>	<u>(26.163)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>822</u>	<u>-</u>	<u>(9.788)</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (f)	(7.080)	20.878	-	(44)	(7.186)	6.568
Neutralidade (g)	(30.578)	25.852	6.249	329	-	1.852
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(3.355)	(969)	811	(22)	-	(3.535)
Risco Hidrológico (h)	(33.285)	-	682	(463)	-	(33.066)
CDE Modicidade tarifária (i)	(4.308)	-	931	(122)	-	(3.499)
Compensação créditos PIS/COFINS	328	-	(73)	3	-	258
Outros (j)	11.230	(238)	27.448	4.066	-	42.506
	<u>(67.048)</u>	<u>45.523</u>	<u>36.048</u>	<u>3.747</u>	<u>(7.186)</u>	<u>11.084</u>
Total	<u>(49.933)</u>	<u>19.360</u>	<u>34.486</u>	<u>4.569</u>	<u>(7.186)</u>	<u>1.296</u>
Circulante						
Valores a receber	<u>98.619</u>					<u>128.396</u>
Valores a devolver	<u>(221.204)</u>					<u>(197.169)</u>
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>(122.585)</u>					<u>(68.773)</u>
Não circulante						
Valores a receber	<u>149.851</u>					<u>138.992</u>
Valores a devolver	<u>(77.199)</u>					<u>(68.923)</u>
Efeito líquido ativo (passivo)	<u>72.652</u>					<u>70.069</u>
Efeito líquido total	<u>(49.933)</u>					<u>1.296</u>

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação Período findo em 31 de março de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R\$ 23.836, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP nº 3.056/24 e; (ii) o impacto da amortização positiva do período foi de R\$ 4.214;
- (b) O saldo da CVA PROINFA foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição positiva da CVA de R\$ 501, devido os custos com a quota PROINFA para o ano de 2025 conforme REH nº 3.422 de 03 de dezembro de 2024 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto positivo da amortização no período foi de R\$ 268;
- (c) O saldo da CVA Rede Básica foi impactado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa de R\$ 2.722, decorrente dos custos com a despesa de Rede Básica inferiores à cobertura tarifária estabelecida no processo tarifário de 2024; (ii) o impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 214;
- (d) O saldo da CVA de energia teve como movimentação: (i) constituições negativas referente aos custos com os contratos de Energia Leilão que realizaram menor em relação a cobertura tarifária, gerando uma CVA passiva no período de R\$ 6.577 (ii) constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no período de R\$ 5.837, resultando em movimento de constituição negativa no período de R\$ 740 ; (iii) o impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 4.561;
- (e) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o período findo em 31 de março de 2025, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição positiva de R\$ 634, referente à constituição da CVA ESS ativa. O impacto negativo da amortização no período foi de R\$ 1.269;
- (f) A constituição ativa de R\$ 20.878 é o ativo regulatório formado pela diferença entre o PLD e o Pmix. Deste montante, a movimentação positiva de R\$ 6.116, referente à venda no mercado de curto prazo devido a movimentação da sobrecontratação, a um PLD médio de R\$ 60,64/MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora de R\$ 219,76/MWh. O efeito caixa de R\$ 7.186 corresponde ao recebimento via CCC. Não houve impacto da amortização desse item para o período;
- (g) A neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais, apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais, faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, devidamente atualizados pela taxa SELIC. Para esse período foi constituído o montante de R\$ 25.852. O impacto negativo da amortização do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 6.249;
- (h) Refere-se ao reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET Submódulo 4.4 - Demais Componentes Financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. O impacto positivo da amortização do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 682;
- (i) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R\$ 4.338, conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. O impacto positivo da amortização do componente financeiro desse item para o período foi de R\$ 931; e
- (j) O saldo total de amortização de Outros foi afetado principalmente pelas amortizações da Quitação da Conta COVID/ESCASSEZ positivo em R\$ 22.697, pela Neutralidade COVID positiva em R\$ 4.814. Os demais itens somados totalizam negativamente um valor de R\$ 63 e inclui financeiros como Reversão de Créditos Associados a REN 376 e 414, Garantias financeiras, Encargos Escassez hídrica, entre outros.

No mês de dezembro de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024, foram reajustadas, em média, 13,70%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, em vigor no período de 13 de dezembro de 2024 a 12 de dezembro de 2025.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 824 (R\$ 752 em 31 de março de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 19 (R\$ 6 negativos em 31 de março de 2024) foram obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 843 (R\$ 758 em 31 de março de 2024) foram recebidos via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	28.045	28.045
Neutralidade PIS e COFINS (b)	17.209	19.377
PIS e COFINS	72	72
Total circulante	45.326	47.494
Não circulante		
Neutralidade PIS e COFINS (b)	63.905	63.905
ICMS (c)	51.917	53.121
Total não circulante	115.822	117.026
Totais impostos e contribuições a recuperar	161.148	164.520

- (a) O saldo refere-se ao processo nº 0000168-97.2021.8.03.0101, que versa sobre compensação de créditos tributários, tendo como interessados o Estado do Amapá e a Companhia. O referido acordo tem embasamento legal no Convênio CONFAZ ICMS nº 102/2013, no Convênio ICMS nº 139/2016 e na Lei Estadual em vigor nº 2.206/2017, cuja sentença foi deferida em 24 de março de 2021, e teve como objeto a resolução de débitos líquidos vencidos e vincendos, decorrentes do consumo de energia elétrica dos órgãos da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações com o ICMS devido pela CEA, até o limite para a concessão de crédito presumido de até 10% do faturamento mensal, autorizado pelos Convênios supracitados, com o objetivo de extinção mútua das obrigações entre as partes, entre o período de janeiro de 2018 a março de 2021. Após apuração dos valores a recuperar e a recolher de ICMS, bem como a compensação das contas a receber do Estado, foi identificado um crédito a recuperar de R\$ 28.045;
- (b) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de neutralidade de PIS e COFINS sobre os saldos de RGR, empréstimo aprovado pela ANEEL, cujo repasse foi realizado atendendo ao disposto na Portaria MME-CJ nº 697 de dezembro de 2016 e a obrigação do pagamento foi extinta, em 1º de março de 2021, pela Lei nº 14.120. A amortização do curto prazo está sendo realizada pela recuperação da neutralidade do período vigente; e
- (c) A variação no saldo deve-se, principalmente, a compras do ativo imobilizado, em que o crédito é apropriado para realização mensal de 1/48 avos.

9 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui transações com partes relacionadas referentes, principalmente, aos contratos de compartilhamentos, com as empresas descritas abaixo:

Notas	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>31/03/2024</u>
	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Efeito no resultado receita (despesa)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Efeito no resultado receita (despesa)</u>
Cientes				
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	-	795	-	-
Total	-	795	-	-
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	4	-	4	-
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	5	21	13	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	101	194	51	-
Total	110	215	68	-
Outras contas a receber				
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	403	403	482	253
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	659	659	696	340
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	249	249	239	166
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	214	214	162	100
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	295	295	239	157
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	3	3	4	3
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	3	3	4	3
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	5	4	5	4
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	10	11	18	7
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	3	3	4	3
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	4	4	5	3
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	-	-	-	4
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	6	6	8	5
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	801	801	593	-
Total	2.655	2.655	2.459	1.048

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/03/2025		31/12/2024		31/03/2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)		
Fornecedores							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(546)	-	(546)	-	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(d)	-	-	-	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	-	-	(45)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(d)	(27)	-	(27)	-	-	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	(1.272)	(1.272)	(1.292)	(1.185)	(1.185)	(1.185)
Instituto Equatorial	(f)	-	-	(307)	(331)	(331)	(331)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(e)	(19)	(16)	(202)	-	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(g)	(19)	(57)	(17)	(31)	(31)	(31)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(g)	(17)	(51)	(15)	(28)	(28)	(28)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(g)	(33)	(74)	(22)	(42)	(42)	(42)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(g)	(59)	(133)	(48)	(73)	(73)	(73)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(g)	(21)	(62)	(12)	(34)	(34)	(34)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(g)	(34)	(77)	(23)	(42)	(42)	(42)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(g)	-	-	-	(28)	(28)	(28)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(g)	(26)	(71)	(19)	(49)	(49)	(49)
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.		(26)	(65)	-	-	-	-
Total		(2.099)	(1.878)	(2.575)	(1.843)	(1.843)	(1.843)
Outras contas a pagar							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial S.A.	(h)	(9.127)	(6.241)	(9.271)	(4.617)	(4.617)	(4.617)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.104)	(1.104)	(891)	(774)	(774)	(774)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(756)	(756)	(405)	(282)	(282)	(282)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(285)	(285)	(149)	(101)	(101)	(101)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(240)	(240)	(223)	(126)	(126)	(126)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(301)	(301)	(241)	(94)	(94)	(94)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	(3)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	(4)	(4)	(3)	(2)	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	(5)	(5)	(1)	-	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	(35)	(35)	(26)	(25)	(25)	(25)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	(4)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	(4)	(4)	(1)	-	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	-	-	-	(1)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	(6)	(6)	(4)	(1)	(1)	(1)
Entidade é plano de benefício pós-emprego	(c)	-	-	-	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(757)	(757)	(586)	-	-	-
Total	(c)	(12.631)	(9.744)	(11.805)	(6.025)	(6.025)	(6.025)
Investimento em serviço (bens em comodato)							
Entidade é membro do mesmo grupo econômico							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(j)	18	(18)	18	(18)	(18)	(18)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(k)	251	(251)	251	(251)	(251)	(251)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		5	(5)	5	(5)	(5)	(5)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		274	(274)	274	(274)	(274)	(274)

- (a) Os valores entre *intercompanies* são provenientes a vendas de bens materiais;
- (b) O saldo é referente ao contrato de arrendamento, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária de terrenos e a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. como arrendatária do prédio que é utilizado para sede no Amapá que pertence a CEA.
- (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (d) Os valores entre *intercompanies* são provenientes de compra de bens materiais;
- (e) Saldos referentes a serviços de fornecimento de internet pela Equatorial Telecomunicações S.A. e Equatorial Serviços S.A.;
- (f) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se à projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (g) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (h) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

- (i) Relação de ativos cedidos em comodato nos exercícios de 2021 e 2022, da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. para a Companhia, em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrito no Termo de Comodato e prorrogado até 29 de novembro de 2024, 31 de outubro de 2024 e 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 5 (cinco) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, prorrogado até 29 de novembro de 2024 conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.
- (l) Os valores com a Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. são provenientes do contrato de uso da rede de energia.

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.900, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025 (R\$ 5.900 em 27 de abril de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou benefícios pós emprego.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 31 de março de 2025:

	31/03/2025	%
Remuneração fixa anual	128	44%
Salário ou Pró-labore	98	34%
Benefícios diretos e indiretos	30	10%
Benefício pós-emprego	5	2%
Remuneração baseada em ações	155	54%
Valor total da remuneração	288	100%

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus (*) nos contratos de empréstimos, emissões de debêntures e apólices de seguros, conforme listado abaixo:

Instituição	Valor		Início	Término	Valor liberado	31/03/2025 (a)
	Contratado	% do aval				
1ª Emissão de Debêntures	500.000	100	30/12/2021	28/07/2028	500.000	630.123
2ª Emissão de Debêntures	195.000	100	07/08/2023	15/07/2030	195.000	209.966
3ª Emissão de Debêntures	200.000	100	20/10/2023	29/09/2026	200.000	199.746
4ª Emissão de Debêntures	200.000	100	28/12/2023	15/12/2033	200.000	212.304
5ª Emissão de Debêntures	270.000	100	10/06/2024	14/05/2029	270.000	281.987
6ª Emissão de Debêntures	275.000	100	11/09/2024	09/09/2029	275.000	276.292
7ª Emissão de Debêntures	250.000	100	20/12/2024	15/12/2036	250.000	252.389
Scotiabank	250.000	100	29/12/2021	29/12/2026	250.000	254.551
Citibank	300.000	100	06/02/2023	06/02/2026	300.000	350.472
Apólice Seguros	139.528	100	29/11/2021	28/02/2028	N/A	N/A
Total	2.579.528				2.440.000	2.667.830

(*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

- (j) Os valores atualizados dos empréstimos e debêntures, estão líquidos do custo de captação.

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2024	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferências (b) ativos de contrato	31/03/2025
Ativo financeiro	73.934	2.686	1.601	78.221
Obrigações especiais (c)	(18.646)	-	-	(18.646)
Ativo financeiro	55.288	2.686	1.601	59.575

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor do ativo financeiro foi considerado no teste de recuperabilidade como “*carrying amount*” da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 11.2 – Avaliação de *impairment*.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Conforme previsto no contrato de concessão, regido pelo submódulo 2.3 do PRORET (Base de Remuneração Regulatória), nos processos de RTP – Revisão Tarifária Periódica - os ativos são valorados considerando a metodologia de VNR – Valor novo de Reposição;
- (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) O valor de R\$ 18.646 corresponde ao reconhecimento de sobras físicas do laudo de avaliação homologado, pois de acordo o OFÍCIO Nº 84/2021–SFF/ANEEL, que trata dos Procedimentos contábeis para reconhecimento das Sobras Físicas e do Ativo Imobilizado em Curso – AIC, no âmbito da Medida Provisória nº 998/2020, O ingresso contábil dos ativos no patrimônio da concessionária deverá estar em consonância com as informações contidas no laudo de avaliação, com os efeitos da metodologia de valoração de ativos (VNR), o Capítulo III Art. 8º, § 2º da Lei nº 12.783, de 2013 que determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/03/2025			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,86%	1.457.580	(488.475)	(169.457)	799.648
Total		1.457.580	(488.475)	(169.457)	799.648

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	31/12/2024			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	
Em serviço	4,56%	1.373.685	(472.852)	(167.827)	733.006
Total		1.373.685	(472.852)	(167.827)	733.006

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até novembro de 2051, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	31/03/2025
Em serviço	1.373.685	-	(2.382)	86.277	1.457.580
(-) Amortização	(472.852)	(17.534)	1.911	-	(488.475)
Total em serviço	900.833	(17.534)	(471)	86.277	969.105
Obrigações especiais (b)	(199.789)	-	-	(4.091)	(203.880)
(-) Amortização	31.962	2.461	-	-	34.423
Total em obrigações especiais	(167.827)	2.461	-	(4.091)	(169.457)
Total	733.006	(15.073)	(471)	82.186	799.648

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica

11.2 Avaliação de impairment

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e considerou, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuam revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável, para as controladas. Como resultado dessa análise, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável. A revisão é realizada anualmente na mesma data-base.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia permanece acompanhando a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo e, até o período findo em 31 de março de 2025, não foram identificados novos indicativos de perda por redução ao valor recuperável que exigissem novas análises.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2024	Adições (c)	Transferências (a)		31/03/2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	560.446	81.678	(86.277)	(1.601)	554.246
Obrigações especiais (b)	(23.761)	(8.224)	4.091	-	(27.894)
Total	536.685	73.454	(82.186)	(1.601)	526.352

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão. Neste período, foram capitalizadas obras do programa Mais Luz para a Amazônia (MLA) no valor total de R\$ R\$ 1.649 e programa Luz para Todos (PLPT) R\$ 4.925;
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e
- (c) O montante de R\$ 73.454 refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no período, em que R\$ 67.166 impactou o caixa da Companhia, R\$ 1.791 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 3.263 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 25.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 592 refere-se à constituição da provisão para perda de estoque líquidos, conforme nota explicativa nº 21.1 – Outras receitas (despesas) operacionais e R\$ 1.826 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 14.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O valor do ativo de contrato foi considerado no teste de recuperabilidade como “*carrying amount*” da unidade geradora de caixa, conforme nota explicativa nº 11.2 – Avaliação de *impairment*.

13 Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	84.799	94.281
Materiais e serviços (a)	62.549	72.738
Encargos de uso da rede elétrica	13.435	12.750
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	2.099	2.575
Total (b)	162.882	182.344

- (a) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do período em referência. A variação observada nesse período é atribuída, principalmente, a serviços técnicos comerciais e ao fornecimento de materiais para as obras da Rede de Distribuição; e
- (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13.1 Fornecedores - Risco Sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza as faturas ao FIDC que, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa à instituição financeira, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2025, o saldo de Fornecedores – risco sacado é de R\$ 6.858 (R\$ 4.382 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 9.750 em 31 de março de 2025 (R\$ 55.164 em 31 de dezembro de 2024).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 58 dias (52 em 31 de dezembro de 2024), enquanto o prazo médio para fornecedores que não aderiram a modalidade é de 51 dias (49 dias em 31 de dezembro de 2024).

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/03/2025		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Scotiabank (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	128.081	126.470	254.551
Citibank (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	350.472	-	350.472
Total empréstimos e financiamentos			478.553	126.470	605.023

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Custo da dívida (% a.a.)</u>	<u>Garantias</u>	<u>31/12/2024</u>		
			<u>Principal e encargos</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Moeda estrangeira (US\$)					
<i>Scotiabank</i> (a)	CDI + 1,85%	Aval/Fiança	135.839	135.820	271.659
<i>Sumitomo Mitsui</i> (a)	CDI + 1,48%	Aval/Fiança	295.149	-	295.149
<i>Citibank</i> (a)	CDI + 1,38%	Aval/Fiança	10.433	373.030	383.463
Total empréstimos e financiamentos			<u>441.421</u>	<u>508.850</u>	<u>950.271</u>

(a) Considera-se no custo da dívida do *Scotiabank* e *Citibank*, o custo da ponta passiva do *swap*, para mais detalhes, vide nota explicativa nº 23.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de Empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	<u>Moeda estrangeira (US\$)</u>		<u>Total</u>
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>441.421</u>	<u>508.850</u>	<u>950.271</u>
Encargos	6.946	-	6.946
Variação monetária e cambial	(30.528)	(33.000)	(63.528)
Transferência	349.380	(349.380)	-
Amortização de principal	(272.392)	-	(272.392)
Pagamentos de juros	(16.274)	-	(16.274)
Saldos em 31 de março de 2025	<u>478.553</u>	<u>126.470</u>	<u>605.023</u>

14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	<u>31/03/2025</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Circulante	<u>478.553</u>	<u>79%</u>
2026	<u>126.470</u>	<u>21%</u>
Não circulante	<u>126.470</u>	<u>21%</u>
Total	<u>605.023</u>	<u>100%</u>

14.4 Covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros (apurados pela controladora indireta, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Scotiabank	Citibank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,6

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	57.085	2.006.387	2.063.472
Encargos	58.033	-	58.033
Transferências	(1.741)	1.741	-
Pagamentos de juros	(75.921)	-	(75.921)
Variação monetária	-	16.170	16.170
Custo de captação	907	146	1.053
Saldos em 31 de março de 2025	38.363	2.024.444	2.062.807

15.2 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	<u>31/03/2025</u>	
	<u>Valor</u>	<u>%</u>
Vencimento		
Circulante	38.363	2%
2026	200.000	10%
2027	308.624	15%
2028	581.124	28%
2029	387.089	19%
De 2030 até 2036	568.583	27%
Subtotal	2.045.420	99%
(-) Custo de captação (Não circulante)	(20.976)	-1%
Não circulante	2.024.444	98%
Total debêntures	2.062.807	100%

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15.3 Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	500.000	CDI + 1,80% a.a.	dez/21	jul/28	14.256	615.867	630.123
2ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	195.000	IPCA + 6,50% a.a.	ago/23	jul/30	1.812	208.154	209.966
3ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	CDI + 1,60% a.a.	out/23	set/26	(170)	199.915	199.745
4ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	200.000	IPCA + 6,75% a.a.	dez/23	dez/33	3.252	209.052	212.304
5ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	270.000	CDI + 1,20% a.a.	jun/24	mai/29	12.693	269.294	281.987
6ª	(1)/(3)/(4)/(6)	Aval/Fiança	Única	275.000	CDI + 1,20% a.a.	set/24	set/29	2.072	274.220	276.292
7ª (b)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	250.000	CDI + 0,51% a.a.	dez/24	dez/36	4.448	247.942	252.390
								38.363	2.024.444	2.062.807

(1) Emissão pública de debêntures simples;

(3) Não conversíveis em ações;

(4) Espécie Quirografária;

(5) Debêntures Incentivadas; e

(6) Garantia Fidejussória.

(7) Garantia Real

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e

(b) Considera-se no custo da 7ª Debêntures o custo da ponta passiva do *swap*.

As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 e posteriormente pelo Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados ou protocolados junto ao MME – Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foi utilizado pela Companhia para esse fim.

15.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias fidejussórias e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial S.A.), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

<i>Covenants</i> debêntures	1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª e 7ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado: <= 4,5	3,2

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
ICMS	10.391	12.912
PIS e COFINS (a)	6.987	8.476
Parcelamento Federal (b)	91.080	87.405
Encargos sociais e outros	2.032	2.360
ISS	5.167	6.042
Total circulante	<u>115.657</u>	<u>117.195</u>
Não circulante		
Parcelamento Federal PRT (b)	<u>183.595</u>	201.971
Total não circulante	<u>183.595</u>	<u>201.971</u>
Total	<u>299.252</u>	<u>319.166</u>

- (a) A companhia realizou adesão ao Parcelamento Ordinário da Receita Federal de PIS/COFINS nº 02110001200757241542316 e reclassificou os saldos para o Parcelamento Federal; e
- (b) Além do parcelamento ordinário, esse montante refere-se a saldos previdenciários que foram parcelados no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 12.966/2014, débitos de pagamentos futuros e saldos previdenciários e demais débitos (Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e COFINS, que foram parcelados no REFIS da Lei nº 12.966/2014, débitos para pagamento futuros.

17 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher e diferidos

17.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, dos períodos findos em 31 de março 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2025</u>		<u>31/03/2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	9.853	9.853	22.047	22.047
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	<u>(2.463)</u>	<u>(887)</u>	<u>(5.512)</u>	<u>(1.984)</u>
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	(138)	(12)	(712)	(439)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	-	-	218	78
Incentivo PAT	785	-	-	-
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	<u>413</u>	<u>132</u>	<u>6.224</u>	<u>2.423</u>
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado (a)	<u>(1.403)</u>	<u>(767)</u>	<u>218</u>	<u>78</u>
Alíquota efetiva	14%	8%	-1%	0%
Imposto Corrente	(1.403)	(767)	-	-
Imposto Diferido	-	-	218	78

- (a) A Companhia aderiu ao parcelamento da autorregularização incentivada, instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

17.2 Impostos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turnaround* e, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.293.704 (R\$ 1.174.317 em 31 de dezembro de 2024) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	3.399.414	849.853	3.403.176	850.794
Base Negativa de CSLL	3.390.134	305.112	3.393.785	305.441
Diferenças temporárias	408.053	138.739	53.182	18.082
Total de tributos diferidos	7.197.601	1.293.704	6.850.143	1.174.317

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

18 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	92.349	4.542	92.840	4.467
Fiscais	17.596	4.115	17.387	4.115
Trabalhistas	71.491	-	72.131	-
Regulatórias	13.833	-	15.600	-
Total	195.269	8.657	197.958	8.582
Circulante	126.728	-	125.172	809
Não circulante	68.541	8.657	72.786	7.773

18.1 Movimentação dos riscos no período

	31/12/2024			31/03/2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis (a)	92.840	1.313	(2.766)	(568)	1.530	92.349
Fiscais (b)	17.387	-	-	(50)	259	17.596
Trabalhistas (c)	72.131	155	(701)	(467)	373	71.491
Regulatórios (d)	15.600	-	(1.949)	-	182	13.833
Total contingências	197.958	1.468	(5.416)	(1.085)	2.344	195.269

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

No período findo em 31 de março de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis (a)	129.864	125.741
Fiscais (b)	2.571	2.530
Trabalhistas (c)	1.330	1.194
Regulatório	2	-
Total	<u>133.767</u>	<u>129.465</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

a) Cíveis

A Companhia figura como ré em 6.237 processos cíveis em 31 de março de 2025 (6.352 processos em 31 de dezembro de 2024), sendo eles 6.090 processos com probabilidade de perda provável, os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores, envolvendo ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores, no montante total de R\$ 92.349 (R\$ 92.840 em 31 de dezembro de 2024).

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacam-se as ações cíveis de execução de título extrajudicial decorrente de termos de confissão de dívida formalizados pela Companhia antes da aquisição pela Companhia, no montante de R\$ 3.952 em 31 de março de 2025 (R\$ 3.873 em 31 de dezembro de 2024), e a ação de cobrança em face da CEA por inadimplemento do contrato nº 15/2013, referente à implantação das linhas de subtransmissão e da subestação do município de Laranjal do Jari, no montante de R\$ 7.506, atualizado até o período findo de 31 de março de 2025 (R\$ 7.347, em 31 de dezembro de 2024).

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2025 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica como possíveis, no montante de R\$129.864 em 31 de março de 2025 (R\$125.741 em 31 de dezembro de 2024). Dentre os possíveis, destacam-se a ação ajuizada pelo ELETRONORTE, tendo como objeto a discussão sobre informações pertinentes à 2ª tranche do PLPT no Estado do Amapá, em um valor associado em 31 de março de 2025 de R\$ 84.094 (R\$ 81.452 em 31 de dezembro de 2024) e à ação ajuizada pelo Município de Macapá em 2017, afirmando que a Companhia estava retendo valores de receita com iluminação pública com base em dados unilaterais. Requereu, assim, o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelas partes no âmbito do Ministério Público, a fim de que a Companhia repasse ao município a totalidade do percentual consignado, um valor associado em 31 de março de 2025 de R\$19.999 (R\$ 19.791 em 31 de dezembro de 2024).

b) Fiscais

A Companhia figura como ré em 23 processos fiscais em 31 de março de 2025 (24 processos em 31 de dezembro de 2024), os quais versam em sua grande maioria sobre autuações fiscais.

Existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$2.571 em 31 de março de 2025 (R\$ 2.530 em 31 de dezembro de 2024) para as quais não foi constituída provisão.

c) Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de março de 2025 é composto por 280 reclamações ajuizadas (265 reclamações ajuizadas em 31 de dezembro de 2024) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destaca-se a ação de execução trabalhista, cujo objeto são os reflexos de verbas salariais intituladas progressão por antiguidade, suprimidas entre os anos de 2013 e 2019. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Recurso Extraordinário contra decisão proferida na Ação Rescisória ajuizada pela CEA, que excluiu da condenação os reflexos outrora deferidos. Valor provisionado de R\$31.050 até o período findo de 31 de março de 2025 (R\$ 30.556 em 31 de dezembro de 2024).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda, em 31 de março de 2025, é avaliada pela Administração com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$1.330 (R\$ 1.194 em 31 de dezembro de 2024).

c) Regulatórios

O valor de R\$ 13.833 em 31 de março de 2025 (R\$ 15.600 em 31 de dezembro de 2024) corresponde a 8 prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

19 Passivo a descoberto

19.1 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro 2024 é de R\$ 1.517.876, dividido em 8.944.122.995.640 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	8.944.122.803.743	100,00%
Município de Mazagão (minoritário)	191.897	0,0%
Total	<u>8.944.122.995.640</u>	<u>100%</u>

Em 25 de junho de 2021, foi realizado o Edital do Leilão, promovido pelo BNDES, por meio do qual foi alienado, pelo Estado de Amapá, o controle acionário da Companhia. De acordo com o Estatuto social, independentemente de reforma estatutária, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000.

As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

19.2 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial (“Grupo”), que representam, direitos de compra de ações emitidas pela Companhia, e reconhecer a transação com correspondente aumento do capital social e a emissão de novas ações para refletir o período das opções de compra outorgadas aos beneficiários.

Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas na nota explicativa nº 21.2 – Planos de opção de compra de ações, das demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2024.

19.2.1 Plano de outorga de “Phantom Shares” – Contrato 2019

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

	Número de Opções	Média ponderada do preço de período	Número de Opções	Média ponderada do preço de período
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
<i>Em opções</i>				
Existentes em 1º de janeiro	50.000	31,15	-	-
Outorgadas durante o período	-	-	50.000	-
Existentes ao fim do período	<u>50.000</u>	<u>30,23</u>	<u>50.000</u>	<u>31,15</u>

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao período findo em 31 de março de 2025, foi reconhecida reversão de valores provisionados anteriormente de R\$ 61, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 2.155 em 31 de março de 2024), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

O plano de “*Phantom shares*” está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.

19.2.2 Plano de outorga de “*Phantom Shares*” – Contrato 2023

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

<i>Em opções</i>	Número de Opções		Média ponderada do preço de período	
	31/03/2025	31/03/2025	31/12/2024	31/12/2024
Existentes em 1º de janeiro	54.302	32,19	62.952	33,28
Canceladas/transferidas durante o período (a)	(12.327)	-	(8.650)	-
Existentes ao fim do período	<u>41.975</u>	<u>36,51</u>	<u>54.302</u>	<u>32,19</u>

(a) Trata-se de transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

Para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao período findo em 31 de março de 2025, foi reconhecida uma provisão de R\$ 33, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (reversão de R\$ 260 em 31 de março de 2024), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

19.2.3 Plano de outorga de “*Phanton Shares*” – Contrato 2025

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

<i>Em opções</i>	Número de Opções		Média ponderada do preço de período	
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Existentes em 1º de janeiro	-	-	-	-
Outorgadas durante o período	36.050	-	-	-
Existentes ao fim do período	<u>36.050</u>	<u>28,32</u>	-	-

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Para o plano de “*Phantom shares*”, referente ao período findo em 31 de março de 2025, foi reconhecida uma provisão de R\$ 110, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 0 em 31 de março de 2024), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade

19.2.4 Plano de outorga de “*Matching*”

Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a criação de um novo incentivo de longo prazo da Companhia, no formato de Plano de Investimento em Ações (“Plano”) e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) (“1º Programa *Matching*”). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching*, alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor.

Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida.

O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes (“Condição de Investimento”), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle (“Condição de Serviço”), durante o período de carência.

As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação.

As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

1º Outorga	
<i>Vesting Date</i>	Opções exercíveis
15/05/2025	6.448
15/05/2026	6.448
15/05/2027	6.448
15/05/2028	6.448
	25.792

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

	<u>31/12/2025</u>
Valor justo na data de outorga	31,12
Data da outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	25.792
Valor justo ponderado do <i>vesting period</i>	31,12

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2025 foi de R\$ 104 (R\$ 263 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o período que é avaliado em cada data base.

20 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Receita de distribuição (a)	274.107	256.756
Remuneração financeira WACC	1.677	615
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	53.846	52.053
Subvenção CDE – Outros (c)	9.268	-
Fornecimento de energia elétrica	338.898	309.424
Suprimento de energia elétrica (d)	17.025	5.745
Receita pela disponibilidade – uso da rede	14.545	9.148
Receita de construção (e)	81.678	87.894
Atualização do ativo financeiro e contrato	2.686	477
Outras receitas	31.341	7.447
Receita operacional bruta	486.173	420.135
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(51.097)	(42.315)
PIS e COFINS	(33.757)	(25.733)
Encargos do consumidor	(3.398)	(2.423)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSE	(9)	(18)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(14.150)	(39.532)
Penalidades DIC/FIC e outras	(1.774)	(1.507)
Deduções da receita operacional	(104.185)	(111.528)
Receita operacional líquida	381.988	308.607

- (a) A variação da receita deve-se, principalmente, ao crescimento de consumidores e da energia distribuída em relação ao ano período anterior;
- (b) A variação positiva de R\$ 1.793 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 44.759; (ii) variação negativa pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de Conta-Covid no montante de R\$ 29.144; (iii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos” entretanto no período atual houve uma receita menor, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às cobertura tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação negativa de R\$ 14.382 quando comparado com o período anterior; (iv) a variação positiva entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 547; e (v) efeito positivo de R\$ 13 em CVA da Bandeira Faturada;
- (c) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos, a partir de 2024;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o período anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no período 31 de março de 2025. No exercício anterior de 2024 foram 79.324 MWh vendidos e ao passo que no período de 31 de março de 2025 foram 100.853 MWh vendidos ao preço médio de R\$ 60,64/MWh. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo;
- (e) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 21 – Custos do serviço e despesas operacionais; e
- (f) Refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, referente aos pagamentos da quota CDE USO conforme resolução ANEEL nº 3.056/2024 que homologou as quotas CDE USO para pagamentos em 2025 o que apresentou um aumento nas despesas em R\$ 2.877. Entretanto houve a quitação dos empréstimos da Conta CDE COVID e CDE ESCASSEZ conforme Despacho Aneel nº 3.056/24 em outubro de 2024, o que representou uma redução de R\$ 28.259 em relação ao trimestre de 2024; totalizando uma redução na conta CDE de R\$ 25.382.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

21 Custos do serviço e despesas operacionais

	31/03/2025					31/03/2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(3.819)	(2.214)	(4.034)	-	(10.067)	(2.374)	(2.427)	(5.054)	-	(9.855)
Material	(1.698)	(800)	(110)	-	(2.608)	(255)	(153)	264	-	(144)
Serviços de terceiros	(6.302)	(10.970)	(4.534)	-	(21.806)	(5.619)	(10.916)	(8.566)	-	(25.101)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(145.327)	-	-	-	(145.327)	(119.744)	-	-	-	(119.744)
Custo de construção (b)	(81.678)	-	-	-	(81.678)	(87.894)	-	-	-	(87.894)
PECLD (c)	-	-	-	(6.918)	(6.918)	-	-	-	(6.340)	(6.340)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(383)	-	(383)	-	-	(758)	-	(758)
Amortização	(13.360)	-	(1.713)	-	(15.073)	(9.211)	-	(921)	-	(10.132)
Subvenção CCC	(3.384)	-	-	-	(3.384)	(966)	-	-	-	(966)
Outros	(219)	(339)	(238)	-	(796)	(105)	(286)	2.367	-	1.976
Total	(255.787)	(14.323)	(11.012)	(6.918)	(288.040)	(226.168)	(13.782)	(12.668)	(6.340)	(258.958)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 21.1 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) No ano de 2023 ocorreu a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), onde houve maior volume de capitalizações do exercício incremental e os investimentos foram significativos, garantindo assim a finalização das obras e o reconhecimento na Base de Remuneração da Companhia já para o ano de 2025 o volume de investimentos ocorreu em sua normalidade, resultando assim na sua redução do custo de construção; e
- (c) Saldo demonstrado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2025		31/03/2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	445	(97.947)	479	(82.259)
Contratos Eletronuclear	11	(3.679)	11	(3.720)
Contratos cotas de garantias	43	(9.223)	45	(8.744)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(9.151)	-	(10.892)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(9.495)	-	(8.137)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	6	(3.088)	6	(2.587)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	12.374	-	9.756
Custo de geração distribuída (e)	-	(961)	-	(429)
Subtotal	505	(121.170)	541	(107.012)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(24.157)	-	(12.732)
Total	505	(145.327)	541	(119.744)

- (a) A conta de Energia Leilão refere-se aos custos com contratos (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit (MCSD)), para o período houve redução no volume contratado em 7,1%, embora a despesa tenha crescido em 19,0 % devido o despacho térmico dos contratos por disponibilidade, que correspondem a 69% dos contratos da distribuidora, com preço médio do período em R\$ 220,11 /MWh em relação a 2024 de R\$ 171,73/MWh;
- (b) A diminuição está associada as despesas do ESS e EER pela melhora das condições de fornecimento de energia elétrica com a redução do despacho térmico para atender a segurança energética do SIN (Sistema Interligado Nacional);
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R\$ 1.358, em virtude do aumento das despesas do mercado do curto prazo com efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2024;
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão)

Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro.

(*) não revisado.

21.2 Outras receitas/despesas operacionais líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas operacionais		
Reversão de baixa de recebíveis incobráveis	1.311	5.511
Outras receitas operacionais	1.037	7.676
Total de outras receitas operacionais	2.348	13.187
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	(1.533)	(914)
Indenização por danos a terceiros	(245)	9
Provisão para perda de estoque	(1.903)	(2.294)
Baixa de recebíveis incobráveis (a)	(4.980)	(5.006)
Outras despesas operacionais	(769)	(9.866)
Total de outras despesas operacionais	(9.430)	(18.071)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(7.082)	(4.884)

- (a) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos do contas a receber acima de 5 anos.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22 Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	22.630	9.958
Valores a receber/devolver - Parcela A	6.375	972
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	57.296	101.253
Acréscimo moratório de energia vendida	1.514	3.189
Receita Financeira de AVP	6.164	3.268
Variação monetária e cambial da dívida (c)	63.529	13.385
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.424)	(661)
Outras receitas financeiras	98	96
Total de receitas financeiras	156.182	131.460
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(64.060)	(39.065)
Valores a receber/devolver parcela A	(1.806)	(1.001)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(134.491)	(94.686)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	(16.171)	(43.165)
Despesa financeira de AVP	(134)	-
Atualização de contingências	(2.344)	(4.075)
Descontos concedidos	(1.079)	(2.384)
Outras despesas financeiras	(13.082)	(13.896)
Encargos de geração distribuída	(28)	-
Total de despesas financeiras	(233.195)	(199.272)
Resultado financeiro líquido	(77.013)	(66.812)

- (a) Aumento nos rendimentos financeiros ocorreu principalmente em função do aumento do caixa e das aplicações da Companhia em 51,2%, em comparação com o período de 2024;
- (b) Refere-se à contratação de operação de *swap*, designada como hedge de fluxo de caixa, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de março de 2025 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,27%, saindo de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025. No período findo de 31 de março de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 3,20%, saindo de R\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 4,99 em 31 de março de 2024;
- (c) No acumulado até março de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 7,27% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,74 em 31 de março de 2025. Em contrapartida, no acumulado até março de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 3,20% no valor do dólar;

23 Instrumentos financeiros

23.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.4 – *Covenants* das debêntures.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

23.2 Norma de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

23.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para período findo em 31 de março de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários	-	Custo amortizado	6.600	6.600	7.205	7.205
Caixa e equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	32.395	32.395	76.142	76.142
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	529.513	529.513	878.538	878.538
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	390.303	390.303	424.412	424.412
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor Justo por meio de resultado	29.360	29.360	92.091	92.091
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	70.069	70.069	72.652	72.652
Ativo financeiro da concessão	3	Valor justo por meio do resultado	59.575	59.575	55.288	55.288
Total do ativo			1.117.815	1.117.815	1.606.328	1.106.328

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

Período findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	156.024	156.024	177.962	177.962
Fornecedores – Risco Sacado	-	Custo amortizado	6.858	6.858	4.382	4.382
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	605.023	593.163	950.271	934.325
Debêntures	2	Custo amortizado	2.062.807	2.105.266	2.063.472	2.068.224
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	12.096	12.096	-	-
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	68.773	68.773	122.585	122.585
Total do passivo			2.911.581	2.942.180	3.318.672	3.307.478

- **Caixa– Depósitos bancários** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.
- **Caixa e equivalentes de caixa** – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros** – são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado;
- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como VJR, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo;
- **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos** – têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo;
- **Debêntures** – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e
- **Instrumentos financeiros derivativos** – são classificados pelo valor juros por meio do resultado e por outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

23.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 26.5 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

24 Demonstrações dos fluxos de caixa

24.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Adição de ativos de contrato com contrapartida de fornecedores (a)	1.791
Adição de ativos de contrato com contrapartida de obrigações trabalhistas (a)	3.263
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (b)	1.601
Transferências entre ativos de contrato e intangível (b)	82.186
Total de atividades de investimento	<u>88.841</u>
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	1.826
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	6.435
Total de atividades de financiamento	<u>8.261</u>
Total	<u>97.102</u>

(a) Correspondem às adições com contrapartida em fornecedores e obrigações e encargos sobre folha de pagamento, conforme apresentado na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;

(b) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão, além de ajustes entre contas de imobilizado e intangível e ativos de contrato e valores da Parcela A;

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

Notas explicativas às informações intermediárias --Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados nos ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos; e
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado, conforme nota explicativa nº 23.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

24.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (a)	Mudança no valor justo	Outros (b)	31/03/2025
Empréstimos e financiamentos	950.271	(272.392)	(16.274)	-	(56.582)	605.023
Debêntures	2.063.472	146	(75.921)	-	75.110	2.062.807
Instrumentos financeiros derivativos	(92.091)	10.838	(6.771)	(6.435)	77.195	(17.264)
Total	2.921.652	(261.408)	(98.966)	(6.435)	95.723	2.650.566

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

25 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2025 a 2036	366.169	571.828	600.857	7.297.566
Energia contratada (MWh)	2025 a 2036	1.600.098	2.193.393	2.168.398	22.144.427
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2025 a 2027	152.993	157.555	164.812	635.270
Sistemas isolados (MWh)	2025 a 2027	51.843	50.769	51.408	183.489

(*) estimado 9 anos após 2027.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cujas vigências variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula dos contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
(Presidente)

Henderson Rovay

Cristiano de Lima Logrado

André Luiz Barata Pessoa

José Silva Sobral Neto

Nierbeth Costa Brito

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-AP